

ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO ESPÍRITO SANTO: PERSPECTIVAS DO DEBATE ACERCA QUALIDADE A PARTIR DOS RESULTADOS DO DESEMPENHO DE ESTUDANTES NO ENEM

Marcelo Lima¹

Itamar Mendes da Silva²

Eixo 01

Resumo

O presente trabalho realiza análise dos resultados obtidos pelas escolas capixabas no ENEM 2012 na perspectiva do direito à Educação e ao Trabalho tendo em vista sua relação com a qualidade social da Educação. A oferta pública federal de ensino médio integrado em condições de propiciar maior densidade tecnológica associada a cursos ligados aos eixos tecnológicos de maior complexidade alcançou os melhores rendimentos, o que não se revelou na rede pública estadual que apesar de ser maior ofertante de ensino médio, hegemonizou a modalidade subsequente associada a eixos tecnológicos de menor complexidade além de subsidiar a oferta privada.

Palavras-chave: ENEM, Ensino Médio Integrado, Direito à Educação

A profissionalização na Educação Básica é tema recorrente dos projetos de poder e objeto de disputa entre os muitos programas políticos. Na campanha presidencial de 2010 as duas principais candidaturas pautaram este tema fazendo inúmeras proposições que se referem ao estabelecido no Artigo 6º da Constituição de 1988 que faz o Estado brasileiro assumir como elementos fundantes da sociabilidade os direitos sociais ao Trabalho e a Educação.

Ao estabelecer que a educação visa “ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” a Constituição evidencia em seu Artigo 205 o imbricamento entre Trabalho e Educação, na medida em que o desenvolvimento da pessoa pressupõe sua formação nos aspectos físico, cognitivo, moral, social e produtivo, sendo este último relacionado às capacidades técnicas psicomotoras, relacionais e tecnológicas. Também podemos destacar que o exercício da cidadania não se faz sem a apropriação dos conhecimentos sociais e econômicos que envolvem o Trabalho como relação social e como processo produtivo. E por fim,

¹Professor do Departamento de Política, Educação e Sociedade do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Gestão e Avaliação Educacional.

² Professor do Departamento de Teorias do Ensino e Práticas Educacionais do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Gestão e Avaliação Educacional

evidencia-se a função ex-ante da educação em relação ao trabalho na medida em que serve à “preparação para”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – nº 9396 de 1996 reitera tais premissas ao afirmar no caput de seu Artigo 1º que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem”, entre outros, “no trabalho”, destacando ainda que ela deve “vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (§ 2º). Logo, por força de contextualização e vínculo a educação escolar deve relacionar-se com a realidade produtiva. A LDB (Artigo 22) afirma, ainda, como finalidade educativa da Educação Básica fornecer ao educando “meios de progredir no Trabalho e em estudos posteriores”, indicando seu papel intermediário e articulador com novas aprendizagens produtivas quer seja no trabalho quer seja nos níveis superiores da educação. Constitutivo da Educação Básica é o Ensino Médio – EM – que vem recebendo, desde a Lei nº 5692/1971, ênfase na profissionalização tanto em sua dimensão de terminalidade – habilitação técnica – quanto preparando para que esta ocorra na Educação Superior. Mas para dar consequência ao estabelecido na prescrição legal o EM tem sofrido reconfigurações curriculares que ora o desvincula da profissionalização (decreto 2208/1997) ora lhe devolve a perspectiva de integração com a formação profissional e terminalidade (decretos 5154/2004; 5840/2006 e Lei nº 11.741/2008).

No final do processo formativo, segundo o disposto no parágrafo 1º do Art.36 sobre o currículo do ensino médio, os educandos devem demonstrar: I - “domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna” e II - “conhecimento das formas contemporâneas de linguagem”, o que nos remete a que este conteúdo deva ser de tal maneira priorizado que deverá ser matéria de verificação e avaliação. Tais prescrições legais impõem à formação no EM relacionar-se com a produção. Neste sentido, o disposto no artigo 36-A prevê que “o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas” e no Parágrafo Único diz: “a preparação geral para o trabalho, e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio [...]”.

Destarte a previsão legal e sua condição de adequação às reais necessidades formativas da juventude brasileira no atual momento de nosso desenvolvimento o fato é que o Ensino Médio encontra-se no centro de um debate que problematiza seus objetivos, currículo e, principalmente, sua qualidade que advogamos deve ser social.

Neste trabalho a alimentação do debate toma como ponto de partida os resultados obtidos no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM – de 2012 para discutir as relações que se podem estabelecer entre qualidade e o EM integrado à Educação Profissional Técnica – EPT.

Para descrever e analisar o desempenho dos alunos num estado brasileiro, extratificando, por meio de análise documental de informações de domínio público e/ou fornecidas pela Secretaria de Estado da Educação (SEDU), os tipos de oferta pública e privada para fins de discussão da qualidade social, tendo em vista o conceito de densidade tecnológica que seria característica do EM integrado.

A premissa do debate é que para cumprir seus objetivos educacionais o EM precisa se estabelecer a partir de uma infraestrutura pedagógica de forte base científica e tecnológica que contemple as necessidades de inserção social no mundo do Conhecimento e do Trabalho. Advoga-se que a forma pedagógica mais adequada para tal seja o ensino médio integrado. De toda sorte, se pretende colocar aqui essa assertiva em questão por meio dessa pesquisa a fim de fazer avançar a compreensão da temática.

O Ensino Médio como conquista histórica

Caracterizado por Souza (2008), tanto no império quanto na primeira república como um tipo de ensino de oferta precária, desorganizada, excludente e que atende a menos de 10% da população de 12 a 18 anos, o EM possui currículo desconectado da realidade e com viés mais literário que científico para atender aos herdeiros da oligarquia rural e filhos da incipiente classe média urbana (SOUZA, 2008, p. 89-92). Nem mesmo a expansão da matrícula ocorrida após a revolução de 1930 acompanhou o crescimento demográfico e se mantiveram os mecanismos de seletividade. Entretanto, esta escola é reconhecida socialmente como de boa qualidade, pois prepara para a sequência de estudos no nível superior. Um conceito bastante restrito de qualidade tanto em relação à finalidade da educação quanto à sua dimensão pública.

Após reconfiguração como etapa de ensino da Educação Básica na constituição de 1988 e a focalização dos investimentos no ensino fundamental gerados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF, o EM sofre expansão também graças ao reajustamento do fluxo escolar nas etapas anteriores na década de 1990. Zibas (2009) e Moraes e Alavarse (2011) afirmam que de 1990 a 2005 esta expansão atinge cerca de 150% para abranger pouco mais de 09 milhões de alunos. Entretanto, vários são os indicadores de que o direito a conclusão da Educação Básica com qualidade social (BONDIOLI, 2004) que se constrói em conjunto e negociação com a sociedade continua comprometido, pois se houve expansão do acesso o mesmo não se pode dizer de outros aspectos reclamados pela sociedade que demonstra sua contrariedade, por exemplo, não aderindo à escola ou permanecendo pouco em seu interior. Mesmo que não se coloque em questão o contingente populacional fora da escola e se

considere apenas os que ingressam no EM os indicadores mostram comprometimento da qualidade pela incapacidade de atender às necessidades educativas de parcela significativa dos que nela ingressam. Corrobora a afirmação o crescimento entre 2000 e 2005 da taxa de repetência de 18,65% para 22,6%; de nível de evasão de 8,0% para 10,0%; e do tempo médio de conclusão de 3,7% para 3,8% (INEP, 2009). Mais recentemente se tem observado também decréscimo de desempenho médio de alunos no ENEM.

Uma alternativa a este quadro capaz de gerar mudança qualitativa no acesso ao direito à educação e ao trabalho seria estabelecer integração entre EM e profissionalização, apontando para ampliação da oferta de um tipo de ensino cuja organização curricular garante tanto a escolarização propedêutica quanto a profissionalização no nível técnico, nos moldes do que vem sendo ministrado na rede federal. Mesmo com a questão da abrangência a se enfrentar se poderia buscar expandir para outras redes os vários aspectos que lhe são específicos e vem garantindo seu bom desempenho e reconhecimento social: estrutura física (salas de aula, laboratórios, oficinas e suprimentos), recursos humanos (vínculo, carreira e salários) e organização curricular. A hipótese é que a organização curricular seja base das boas performances alcançadas no ENEM. Porém, é importante destacar que estas escolas públicas de EM técnico, embora tenham expandido matrículas e número de escolas, ainda são de magnitude incapaz de alterar substancialmente o acesso ao direito ao trabalho e à Educação Básica no Brasil.

Entretanto, tal proposta teria um longo caminho pela frente face à afirmação de Kuenzer (2011, p. 50) que depois da malfadada integração compulsória que tentou impor, nos anos 1970 e 1980, profissionalização e terminalidade a todo o segundo grau sem a devida infraestrutura humana, pedagógica e física e, após a política restritiva do Banco Mundial que levou ao Decreto nº 2.208/97 que separou de vez a educação profissional e tecnológica do EM houve um movimento mais recente que apresenta a possibilidade de superação do dualismo que reproduz uma escola média de educação geral para a burguesia e uma escola profissional para os trabalhadores. Moraes e Alavarse (2011, p. 810-811) corroboram nossa tese ao apontar que em 2010 as matrículas no EM integrado atingiram 215.533 alunos, correspondendo a 2,6% do total, demonstrando sua característica residual.

Situação do Ensino Médio e Profissional no Espírito Santo

Tomando como ponto de partida os anos 1980 e tendo como referência inicial o plano estadual de educação de 1996-1999 do governo de Vitor Buaziz, percebe-se que aquele governo ao preconizar a “prioridade conferida à educação média” e pretender “ampliar a cobertura de modo a

torná-la, progressivamente, acessível a todos” (SEDU, 1995, p. 91), conseguiu produzir avanços quantitativos.

De acordo com esse documento de 1985 a 1995, pode-se verificar o crescimento em todas as redes de ensino de 2º grau profissionalizante que saltaram de uma oferta total de 59.800 matrículas em 1985 para 118.100 em 1995. Porém, este crescimento foi insuficiente para tornar esta etapa direito social, pois “a frequência a cursos regulares de nível médio” que em 1985 era de 17,20% alcançou 30,40% em 1995, atendendo a menos de um terço dos jovens de 15 a 19 anos.

Além disso, daqueles que faziam o 2º grau apenas 31,87% dos alunos estavam matriculados nos cursos que conferiam habilitações técnicas, os quais 66,7% era ofertado pela rede estadual de ensino, sobretudo nas habilitações de magistério (21,81%), contabilidade (35,54%) e administração (10,29%) (SEDU, 1995, p. 91).

Do ponto de vista mais qualitativo, o fluxo escolar também apresentava indicadores negativos de qualidade social, já que a taxa média de reprovação nas 04 séries oscilou de 13,50%, em 1985, para 12,16%, em 1995, e a evasão aumentou de 19,86%, em 1985, para 20,06%, em 1994.

Entre 2001 e 2005, os dados da SEDU (2006) indicam uma queda mais explícita da qualidade social do direito ao EM e profissional quando a cobertura total cai de 173 670 para 123 349 matrículas com o agravamento do aumento nas taxas de reprovação de 6,13% para 9% e de abandono de 19,74% para de 20,03%.

Mais recentemente, de acordo com o censo escolar 2010 (SEDU/GEIA/SEE) a taxa de reprovação em 2010 na 1ª série supera os 30% e a taxa de abandono esbarra em 9% significando pouco mais de 9 000 alunos.

Observando a figura 01, pode-se constatar com base nos dados de 2011, que a distribuição da matrícula inicial traça perfil preocupante para a perspectiva da qualidade social. Ficam claros problemas de fluxo quando se compara a matrícula na EPT de nível médio com oferta da Educação de Jovens e Adultos – EJA, enquanto a primeira possui cerca de 30 mil alunos a segunda inclui quase 70 mil alunos. E enquanto a oferta pública estadual de EPT está em torno de 10 mil a oferta privada ultrapassa a os 15 mil alunos, sinalizando tendência de privatização da educação profissional.

Figura 01

<p>Perfil da matrícula Inicial na Educação Básica e na Educação Profissional por Rede Escolar no Espírito Santo, em 30/05/2011</p>

Superintendência e Município	Matriculas na Educação Básica e Educação Profissional - Nível Técnico									
	Rede Escolar	Total	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio		Educação Especial	Educação Profissional	EJA INT EP
				Regular	EJA	Regular	EJA			
ESPÍRITO SANTO	Total	927.169	150.562	536.558	41.755	135.803	27.523	4.232	29.626	1.110
	Federal	10.816	119	-	-	4.984	-	-	4.603	1.110
	Estadual	293.834	-	125.554	19.194	112.592	26.485	71	9.938	-
	Municipal	505.958	133.901	349.034	22.269	129	301	324	-	-
	Privada	116.561	16.542	61.970	292	18.098	737	3.837	15.085	-

Em 2003 foi promulgado o Decreto nº 5.154/04, que regulamentou os artigos da LDB referentes à relação do EM com a educação profissional técnica possibilitando ao aluno fazer, de forma integrada, o EM e o ensino técnico, respeitadas as respectivas diretrizes curriculares nacionais.

Tal aproximação poderia reverter alguns dos problemas da educação estadual. O Secretário de Estado de Educação à época buscou materializar essa possibilidade assinando acordo de Cooperação com o Ministério da Educação – MEC – a fim de implementar o EM com habilitação técnica em escolas estaduais a partir de 2005. Porém, desde então o que mais cresceram foram os cursos na forma subsequente oferecidos na rede privada que descobriu aí importante filão de mercado.

Para dar consequência à proposta o governo se propôs no âmbito do Plano Estadual de Educação Profissional (PEP 2009-2011) ofertar já para o ano de 2010 3.900 “bolsas SEDU” comprando vagas em instituições privadas de ensino técnico, matricular 8.900 jovens em cursos nos Centros Estaduais de Educação Técnica – CEETs – e 2.900 no EM integrado nas escolas da rede estadual.

Segundo o argumento do governo, tendo em vista a implantação do Instituto Federal do Espírito Santo – IFES – totalizando 15 campi e em razão do alto custo da criação de infraestrutura de escolas técnicas estaduais, a melhor opção é priorizar a “Bolsa SEDU”. O governador Paulo Hartung – P.H. – destacou em Aula Inaugural do Programa “Bolsa SEDU” de 2010 que o PEP é um documento que traz um roteiro de trabalho que contempla oportunidades como as oferecidas por meio do “Bolsa SEDU”. Afirmou Hartung, “quem está pagando essa bolsa para vocês é o povo capixaba. Por isso, vale a pena se esforçar e agarrar essa oportunidade com as duas mãos”.

As intenções manifestas de se reduzirem as desigualdades entre os grupos que tem ou não acesso a educação profissional pós-média privatizada que é o “Bolsa SEDU” revela-se com “DNA neoliberal” de um governo que vem privatizando recursos que deveriam ir para Educação Básica Pública.

A Rede Federal

A Lei federal nº 11.892 de 2008 criou os institutos federais e estabelece em seu artigo 6º, entre outras discriminadas nos Incisos seguintes, a finalidade de: “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;”.

Para dar consequência a tal finalidade o IFES vem ofertando Educação Profissional Técnica de nível médio e formação de nível Superior em 17 *campi* espalhados pelo estado. A oferta federal possui financiamento consolidado com infraestrutura vinculada às áreas de indústria e agricultura. O histórico reconhecimento público da qualidade da rede federal pode ser constatada na grande procura por seus cursos, em seus baixos índices de evasão, de repetência bem como nos índices de inserção de seus egressos no mundo do trabalho.

O EM integrado à educação profissional representa cerca de 30% do total com 6.000 dos cerca de 20.000 alunos matriculados em 2013 nesta Instituição. A distribuição dos cursos revela clara vocação tecnológica da Instituição com ênfase nos eixos tecnológicos: 12-Segurança; 11- Recursos Naturais; 5- Informação e Comunicação; 6-Infraestrutura e 2- Controle e Processos Industriais.

A densidade tecnológica integra de modo mais orgânico os conteúdos específicos e gerais, teóricos e práticos, sociais e econômicos, de modo a permitir aos alunos a construção cognitiva de analogias e aplicações aos conceitos teóricos e abstratos fazendo o movimento da teoria à prática.

No ENEM de 2012 as unidades de Vitória, Cariacica, Aracruz, Colatina, Cachoeiro do Itapemirim, São Mateus, Nova Venécia, Alegre, Linhares, Santa Teresa e Itapina. Cada campus apresenta uma média geral diferenciada no ENEM, na seguinte ordem decrescente de desempenho: Vitória (672,48), Cariacica (631,49), Aracruz (626,46), Colatina (620,71), Cachoeiro do Itapemirim (617,59), São Mateus (616,01), Nova Venécia (599,06), Alegre (570,39), Linhares (562,77), Santa Teresa (542,06) e Itapina (516,24). A maior nota alcançada pela Instituição foi no campus Vitória de 672,48 que se situa entre as cinco maiores notas em escolas públicas do país e segunda maior entre todas as escolas públicas e privadas no Espírito Santo.

Nesse contexto, podemos inferir que os graus de densidade tecnológica dos cursos integrados de cada escola do IFES devem ser diferentes, o que deve produzir assim de modo diferenciado a reciprocidade entre ensino geral e ensino específico, prática e teoria, concreto e abstrato, de modo a forjar também de forma desigual o aprofundamento da compreensão dos conteúdos relacionados as ciências exatas e humanas bem como dos conteúdos técnicos levando aos desempenhos encontrados.

Não por acaso a ordem de notas médias no ENEM de 2012 dos *campi* situam nos primeiros lugares as unidades da grande Vitória, cujos cursos vinculam-se aos eixos tecnológicos de maior densidade tecnológica como os eixos de Infraestrutura e de Controle e Processos Industriais. Na sequência estão as unidades de ensino localizadas em Aracruz, Colatina, Cachoeiro do Itapemirim, São Mateus e Nova Venécia que estão, por um lado, situados em cidades de médio porte onde ocorrem boas taxas de procura de aluno por vaga e/ou mantém cursos atrentes do ponto de vista de maior densidade tecnológica.

Nas últimas posições desta escala, mas com rendimentos superiores a muitas escolas públicas estaduais e mesmo privadas estão os *campi* localizados em Alegre, Linhares, Santa Teresa e Itapina que predominam cursos ligados à agricultura. Tal sinalização poderia nos levar a concluir que os cursos focados na área agrícola e demais ligados ao eixo de recursos naturais possuem baixa densidade tecnológica. Entretanto, cremos que não seja da natureza desses cursos ter baixa densidade tecnológica, pois o setor agrícola vem sendo progressivamente adensado tecnologicamente.

Rede Estadual

Lembramos que nossa perspectiva é de que além de atender às necessidades de inserção do indivíduo no mundo produtivo para o exercício da cidadania a qualidade social da educação passa, necessariamente, por sua capacidade de se universalizar. Assim, nos dados que apresentamos neste item se procura estabelecer coerência com esta convicção ao construir a configuração atual da oferta do EM em conexão com o técnico nos municípios pertencentes a cada superintendência da SEDU.

Figura 02

Oferta pública Estadual do Ensino Médio em relação com a Educação Profissional em 2012									
Superintendências Regionais de Educação da SEDU - ES	Cidades	Escolas	Matrículas no EM/EP	Matrículas Integrado	Matrículas Concomitante	Matrículas Subsequente	% Matrículas Integrado	% Matrícula Concomitante	% Matrícula Subsequente
1- Afonso Cláudio	6	12	679	169	0	510	24,88	0	75,11
2- Barra de São Francisco	5	2	135	26	0	109	19,25	0	80,74
3- Cachoeiro de Itapemirim	12	8	2081	802	0	1279	38,53	0	61,46
4- Carapina	7	14	5121	2368	90	2663	46,24	1,75	52,00
5- Cariacica	7	13	1079	523	0	556	48,47	0	51,67
6- Colatina	6	7	1113	544	33	536	48,87	2,96	48,15
7- Guaçuí	10	7	820	559	0	261	68,17	0	31,82
8- Linhares	6	5	841	153	0	688	18,19	0	81,80
9- Nova Venécia	6	7	633	368	0	265	58,13	0	41,86
10- São Mateus	4	7	482	251	0	231	52,07	0	47,92
11- Vila Velha	7	13	2967	690	0	2277	23,25	0	76,74
Total	76	95	15951	6453	123	9375	40,45	0,77	58,77

FONTE: SEDU/SRE – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

Fonte: GEA/SEDU/2012

Conforme podemos observar na Figura 02, as matrículas do EM em conexão com o ensino técnico propiciado pela SEDU é de 15.951 distribuídas em 76 municípios e 95 escolas. Os formatos dos cursos estão assim distribuídos: 5.453 matrículas na forma integrada, 123 na forma concomitante e 9.375 na subsequente. Ou seja, 58,77% das matrículas estão na forma subsequente, 40,45% na forma integrada e 0,77% na forma concomitante. Neste conjunto de matrículas, no que respeita aos cursos ofertados, destacam-se Administração com 14,83% , Meio Ambiente com 14,46%, Informática com 16,28% e Vendas com 17,02% dos educandos da rede estadual.

Do ponto de vista dos eixos tecnológicos mais de 2/3 da matrícula do EM em conexão com o técnico no âmbito estadual tem preponderância do eixo Gestão e Negócios: 2- Controle e Processos Industriais (13,76%), 3- Desenvolvimento Educacional e Social (37,30%), 4- Gestão e Negócios (48,62%), 5- Informação e Comunicação (21,15%). A rede estadual, neste sentido, apesar da maior oferta em termos quantitativos tem focado em cursos de áreas frágeis do ponto dos empregos para técnicos com maior remuneração.

A ênfase nestes eixos tecnológicos e cursos associada a precária infraestrutura dificulta aprofundamento dos conhecimentos científicos cursados tanto nos campos dos saberes trabalhados na base curricular comum e diversificada quanto da qualificação técnica específica.

Talvez esta razão possa explicar parte da fraca performance dos estudantes da rede estadual no ENEM 2012, principalmente em matemática.

Escolas de Ensino Médio Integrado: Performances no ENEM 2012

Para analisar esse processo no Espírito Santo passamos a comparar o rendimento apresentado no Exame Nacional do EM 2012 das escolas médias, pretendendo verificarse e até que ponto a educação profissional interfere nas performances dos alunos.

Antes de entrarmos nessa discussão é importante nos determos sobre o ENEM e seus significados. Consideramos que se equivocam os que o reconhecem como avaliação do EM, pois se constitui apenas como exame de rendimento de alunos. O fato de se juntar os desempenhos de alunos vinculados a uma mesma unidade escolar e tirar a média só serve como uma das informações da escola que pretende avaliar o EM que oferta num processo de Autoavaliação Institucional. Ou seja, considerá-lo como avaliação de EM significa extrapolar suas possibilidades e, mais grave, restringir o significado de avaliação quer seja da escola quer seja da rede de ensino a qual se vincula (FREITAS et. ali, 2012). Assim, consideremo-lo como aquilo que realmente é e cobremos dele apenas o que pode dar sem esquecer os demais momentos de obtenção de informações acerca da Educação Básica, onde está inserido o EM, com vistas, inclusive, a formação de índices que pretendem indicar a qualidade como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

O ENEM é caracterizada pela Portaria MEC nº 109 de 27 de maio de 2009 como “[...] **procedimento de avaliação de desempenho escolar e acadêmico dos participantes**, para aferir o desenvolvimento das competências e habilidades fundamentais ao exercício da cidadania” (BRASIL, 2009, p. 1). Como exame realizado em larga escala se destina, nessa nova configuração, a obter informações com variadas possibilidades de uso:

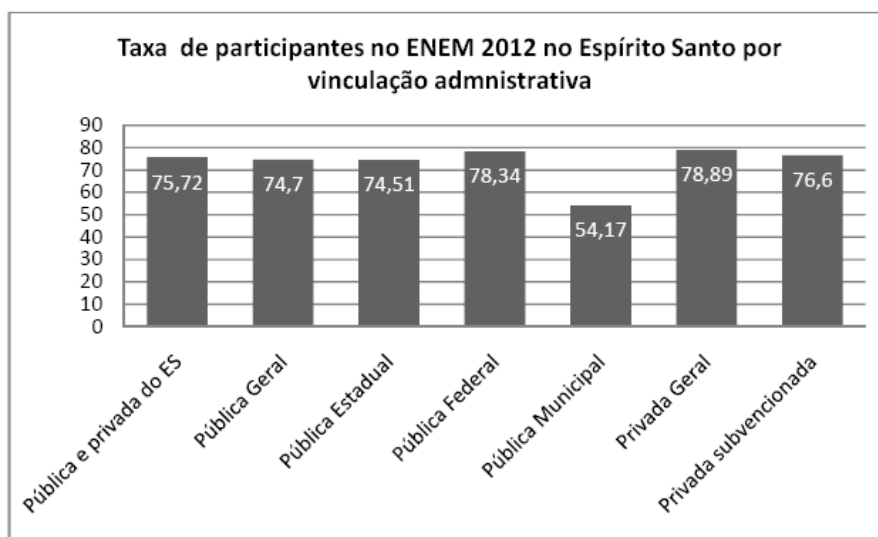
- I – oferecer uma referência para que cada cidadão possa proceder à sua auto-avaliação, com vistas às suas escolhas futuras, tanto em relação ao mundo do trabalho quanto em relação à continuidade de estudos;
- II – estruturar uma avaliação ao final da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção nos diferentes setores do mundo do trabalho;
- III – estruturar uma avaliação ao final da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes pós-médios e à Educação Superior;
- IV – possibilitar a participação e criar condições de acesso a programas governamentais;
- V – promover a certificação de jovens e adultos no nível de conclusão do ensino médio nos termos do artigo 38, §§ 1º e 2º da Lei nº 9.394/96 – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);

VI – promover avaliação do desempenho acadêmico das escolas do ensino médio, de forma que cada unidade escolar receba o resultado global;

VII – promover avaliação de desempenho acadêmico de estudantes ingressantes nas instituições de Educação Superior. (BRASIL, 2009, p. 1).

No ano de 2012 fizeram o Enem no Espírito Santo 25.821 pessoas oriundas das redes públicas e privada, sendo que cerca de 20.000 são alunos da rede estadual pública de ensino e que quase 4.000 vieram da iniciativa privada. A taxa média de participação foi de 75,72%, sendo que os alunos oriundos das redes pública federal e privada ultrapassaram 78%, denotando grande expectativa e utilidade do Enem para os egressos dessas redes em termos de prosseguimento no ensino superior. Quando isolamos a ETP, temos que 79% dos alunos do EM integrado com a educação profissional estão na rede pública estadual, 16% na rede pública federal e apenas 5% na rede privada de ensino.

Figura 03



Fonte: INEP/2012

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira– INEP – em termos nacionais a média no ENEM 2012 é de 500 pontos. Comparando as performances das escolas de EM no Espírito Santo, podemos perceber, que a média geral mais alta foi atingida pela rede do IFES com aproximadamente 598 pontos, ficando em segundo lugar a rede privada com cerca de 568 pontos e a rede estadual com uma média em torno de 462 pontos.

Evitando a explicação “rankyadora” desses índices, mas preocupando-se em encontrar formas de discutir e aproximar do entendimento do contexto que produz melhores ou piores notas interessa-nos, aqui, tomar as escolas estaduais com EM integrado à educação profissional e verificar se o que denominamos de densidade tecnológica, fruto da fusão do EM com o ensino técnico pode ter afetado positivamente as performances no ENEM 2012 das unidades de ensino estaduais.

A ordem em que se situam as médias do Enem colocam em primeiro lugar a rede federal, depois a rede privada e em último a rede pública estadual. Podemos conjecturar que se o EM integrado não teve um peso positivo na rede estadual e na rede privada, por outro lado, manter apenas o EM no caso da rede privada não foi suficiente para apresentar notas melhores que a rede federal.

No estado se contabiliza um total de 442 escolas no EM assim distribuídas entre as rede: 15 federal, 283 estadual e 143 privada. Destas as que superaram a média estadual de desempenho no ENEM 2012 encontraremos 42 obtiveram entre 543,04 e 490,00 pontos. E se tomarmos as que obtiveram média igual ou superior 462 pontos, encontrar-se-á apenas 117 escolas. As escolas públicas estaduais que ofertam simultaneamente: a) EM (EM) e b) Educação Profissional Subsequente (EPS) que se situam, em termos da média do ENEM 2012, igual ou acima da média estadual, compõem um grupo de 31 escolas.

Se considerarmos, no entanto, o conjunto de escolas públicas estaduais que ofertam EM integrado à educação profissional e EM regular que se situam, em termos da média do ENEM 2012, igual ou acima da média estadual, encontrar-se-á somente 05 estabelecimentos que são as escolas, por nome e ordem as que seguem: EEEFM Benício Gonçalves (495,25); EEEFM Job Pimentel (468,19); EEEFM José Leão Nunes (472,86); EEEFM Luiz Jouffroy (487,58) e EEEFM Maria de Lourdes Poyares Labuto (476,08).

Como se pode constatar o grupo se encontra abaixo dos melhores desempenhos da rede que chegou a 543,04 pontos. Nestas escolas se oferecem os cursos técnicos em Logística, Informática, Vendas e Agronegócio, que se enquadram nos eixos de Recursos Naturais, Gestão e Negócios e Infraestrutura. Desse modo, pode-se afirmar que não se deve atribuir ao resultado obtido no ENEM 2012 influência determinada pela densidade tecnológica aqui atribuída à rede do IFES.

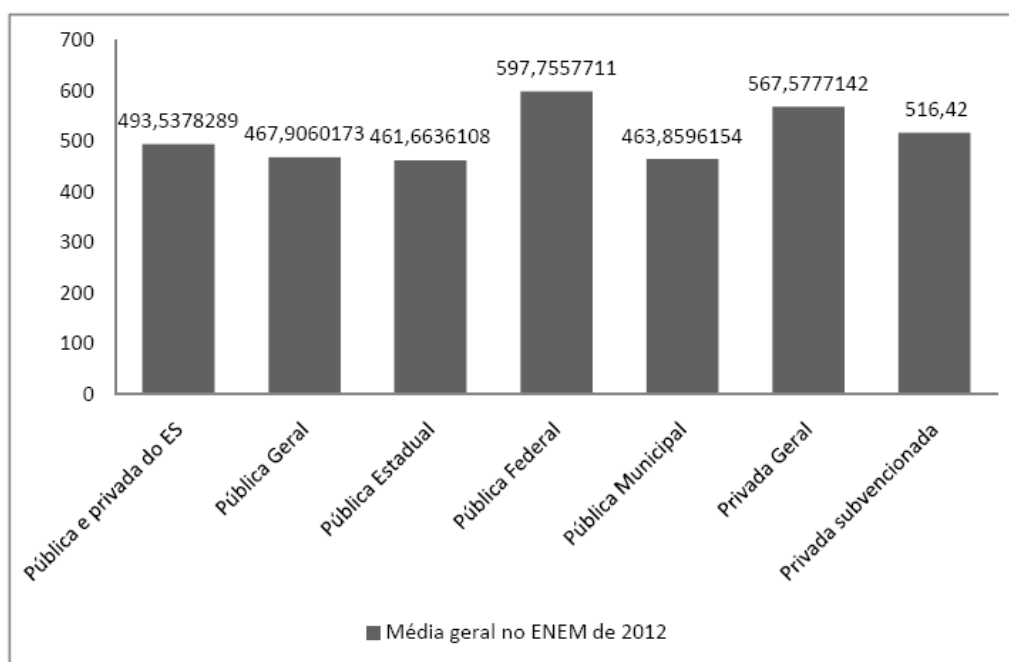
Existe, ainda, um grupo de escolas não-públicas que são subvencionadas, como as escolas agrícolas do MEPES bem como as escolas do SESI, que destoam da rede pública apresentando notas pouco inferiores às das redes pública federal e privada.

Isso significa que, se a média geral no Enem pode ser um indicador para se aferir a qualidade da escola média, aqueles que têm acesso apenas à escola estadual possuem chances mais escassas de ascender à Educação Superior de melhor qualidade no país via Enem. E que na esfera do investimento público os egressos da rede privada subvencionada (não-públicas) e, sobretudo, os egressos do IFES levam vantagem na luta por uma vaga em universidade de melhor qualidade e pública.

Em nossa tese inicial a integração do EM com a educação profissional não se constitui apenas uma forma mais adequada de formação humana tanto do ponto de vista tecnológico e ideológico numa sociedade em que o trabalho deve estar no horizonte de todos como valor e como processo de autoprodução, mas também essa vinculação escola média e profissional fortalece pedagogicamente e reciprocamente, dando mais densidade formativa a ambos os campos formativos do fazer e do saber, da teoria e da prática, do conteúdo geral e do conteúdo específico.

Nessa direção, de algum modo a integração deve revelar-se também na qualidade, reduzindo repetência, evasão e melhorando rendimento e viabilizando não apenas o direito á educação, mas também o direito ao trabalho pela via da profissionalização tanto no nível técnico quanto superior.

Figura 04



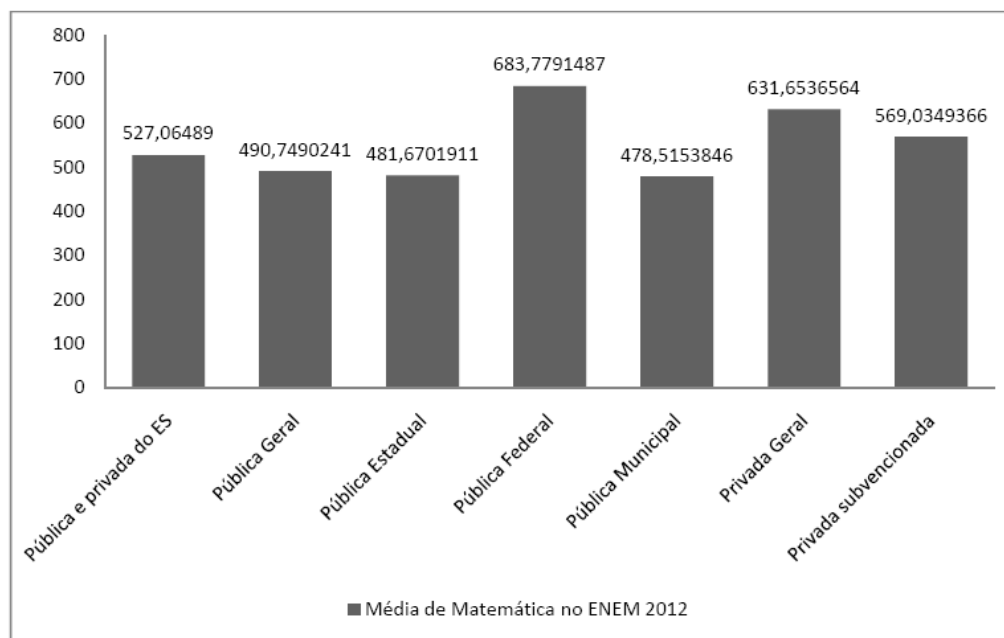
Fonte: INEP/2012

Da mesma maneira, se olharmos apenas a rede estadual a média não só fica em 481,67 pontos como também em razão de seu peso relativo no número alunos puxa para baixo a média em matemática da escola média no Espírito Santo.

Existe, ainda, um grupo de escolas não-públicas que são subvencionadas, como as escolas agrícolas do MEPES bem como as escolas do SESI, que destoam pouco da rede privada, apresentando notas pouco inferiores às das redes privada e pública federal.

Refinando nossa análise para os desempenhos específicos as médias alcançadas em matemática ficam em 527,06 pontos.

Figura 05



Fonte: INEP/2012

O desempenho em matemática, a comparação da rede estadual com o setor privado e rede do IFES distancia ainda mais as escolas que selecionam os seus públicos para ingresso daquelas escolas que não selecionam os seus públicos, em detrimento destas últimas.

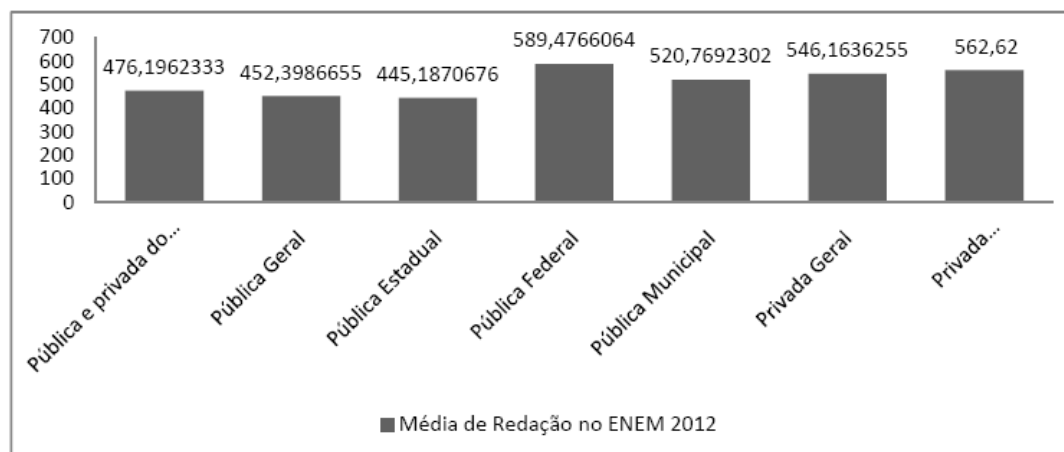
Na Figura 06, no entanto, curiosamente as hierarquias em rendimento na prova de redação aproximam-se para baixo, demonstrando que termos de produção de texto, a escola média capixaba, é mais negativamente nivelada, preservando ainda a superioridade da rede federal.

Acreditamos que no que concerne a rede estadual são muitos fatores que interferem neste processo e que precisam ser melhor dimensionados e até relativizados, tais como: a) a rede de ensino estadual não selecionar os ingressantes na EPT de nível médio a faz possuir alunos com uma base escolar menos consistente que aqueles que ingressam na rede pública federal; b) os cursos técnicos ofertados na rede pública estadual que se integram ao EM têm baixa densidade tecnológica, situando-se nos eixos tecnológicos de baixo custo e de menor remuneração futura; c) as infraestruturas físicas e pedagógicas nas redes estadual e federal, são muito diferenciadas; d) o

corpo docente tem vínculo empregatício, formação e salários bastante diferenciado com prejuízo para o professor da SEDU.

Além disso, vale lembrar que atualmente as redes pública estadual, pública federal e privada se diferenciam muito em termos da oferta aferta de cursos integrados que exigem maior investimento em pessoal e laboratórios, participando dos melhores cursos. Isto indica que o rendimento no ENEM 2012 deve se repetir nos próximos anos, pois a característica mais importante neste processo que indica a superioridade da rede do IFES que é aferta de cursos integrados de maior custo e de maior densidade tecnológica como Mecânica, Eletrotécnica, Eletromecânica, Edificações, Agropecuária, Automação industrial, Modelagem de Vestuário e Informática, não dá sinais de alteração em termos de oferta de cursos na rede pública estadual.

Figura 06



Fonte: INEP/2012

Como se sabe, o modelo deste tipo de ensino é a integração do EM com a educação profissional. É razoável pensar que de algum modo a integração deve revelar-se também na qualidade, reduzindo repetência, evasão e melhorando rendimento e viabilizando não apenas o direito à educação, mas também o direito ao trabalho pela via da profissionalização tanto em nível técnico quanto superior.

Conclusão

Ao analisarmos o desempenho dos estudantes do EM e a trajetória da EPT no Espírito Santo é possível perceber que existem tendências que podem modificar não só os currículos e o seu nível de vinculação com as demandas do setor produtivo como podem transformar a própria oferta da EPT. Porém, o comportamento das redes públicas situa-se distante da superação das desigualdades

de acesso à profissionalização e à inserção produtiva dos mais de 150 mil ingressantes anuais no EM, questão fundamental para a garantia da qualidade social e que ultrapassa em muito os bons desempenhos no ENEM.

A oferta tímida e, em muitos casos, precária da Secretaria de Estado da Educação no EM integrado à EPT faz concluir que o governo estadual segue fazendo uma Educação Profissional de costas para a qualidade social ao colocar ênfase no pós-médio (subsequente) que produz uma formação técnica fragmentada e privatiza recursos públicos, via “bolsa SEDU”, produzindo assim muito mais uma política educacional clone-espécie de um *prouni técnico* do que um EM integrado à educação profissional pública capaz de responder em quantidade e em qualidade às necessidades sociais e econômicas locais.

Tal constatação revela o “DNA neoliberal” das opções tomadas pelo governo P.H. que de 2003 a 2010 trabalhou para privatizar recursos que deveriam ir para Educação Básica Pública, ficando assim sem cumprir completamente o seu papel na oferta de EM e profissional. Esta política tem encontrado continuidade no governo atual e permanece a justificativa de não investir na transformação das escolas de EM em escolas técnicas com toda infraestrutura daí decorrente, sobretudo em cursos ligados à indústria e de alta complexidade em vista de possível esgotamento da demanda e obsolescência dos cursos gerando ao estado desperdício de recurso. O argumento parece ainda entender que educação é gasto e não investimento que se faz na cidadania e na qualidade de vida das pessoas que repercute positivamente no desenvolvimento econômico e pode, inclusive, no longo prazo gerar economia de recursos e não seu desperdício.

No caso estudado a oferta de EPT subsequente em paralelo com o EM não impediu que algumas escolas conseguissem no contexto do fraco desempenho de todo o EM capixaba bons resultados relativos no ENEM. O que podemos concluir nesta situação é pela necessidade de aprofundamento do estudo com a focalização das condições de oferta nestas escolas e naquelas que oferecem EM integrado cujo desempenho não acompanhou o da rede do IFES nem alcançou destaque no interior da própria rede estadual.

Por fim, retomando nossa tese já tendo em vista a explícita superioridade do desempenho no ENEM tanto na média geral como em matemática e em redação dos alunos que cursam o EM na rede do IFES, apresentamos questionamentos que poderão indicar aprofundamentos futuros: que característica possui o EM praticado nesta Instituição de ensino? Por que este currículo pesa positivamente no rendimento da rede federal e como ele pesa na rede estadual? Que infraestrutura de pessoal e de laboratório se relaciona com estes currículos? Não sendo esse modelo de ensino

uma exclusividade da rede do IFES, como este tipo currículo se insere nas demais redes de modo a explicar os rendimentos insatisfatórios alcançados?

Referências

BONDIOLI, A. O Projeto Pedagógico de Creche e sua Avaliação – a qualidade negociada. Campinas: Autores Associados, 2004)

BRASIL. **Constituição Federal** 1988 disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm <<Acesso em 40/04/2013>>

_____. **Lei n.º 5.692**, 1971 **DOU**, Seção18, p. 26 Brasília, 1971.

_____. **Lei n.º 11 741/2008** Brasília, 2008. disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm <<Acesso em 40/04/2013>>

_____. **Lei n.º 11 892/2008** Brasília, 2008.disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm <<Acesso em 40/04/2013>>

_____. **Lei Federal n.º 9.394/1996.DOU**, Seção 5, p.24, Brasília, 1996.

_____. **Decreto-Lei nº2.208/1997**, **DOU**, Seção 9, p.31, Brasília, 1997.

_____. **Decreto Nº 5154/2004**, Brasília:DOU, p.18, 2004.

_____. **Decreto Nº 5840/2006**, Brasília:DOU, p.18, 2004.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 109, de 27 de maio de 2009. Estabelece os procedimentos para a realização do Enem no exercício 2009. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 8 de jun. 2009. Seção 1, p. 14-16.

_____. CENSO ESCOLAR 2006 Brasília, 2006. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/brasil.pdf> <<acesso em 04/04/2013>>

_____. CENSO ESCOLAR 2011 Brasília, 2011 Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/brasil.pdf> <<acesso em 04/04/2013>>

_____. CENSO ESCOLAR 2010 Brasília, 2010 Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/brasil.pdf> <<acesso em 04/04/2013>>

FREITAS, L.C.; SORDI, M.R.L.; MALAVASI, M.M.S.; FREITAS, H.C.L. Avaliação Educacional: caminhando na contramão, Petrópolis, Vozes, 2012.

KUENZER, A. Z. EM e EP na produção flexível: a dualidade invertida IN: Retratos da Escola / Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce) – v. 5, n. 8, jan./jun. 2011 – Brasília: CNTE, 2007- Semestral (p. 43-56). - Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>.

MORAES, Carmen Sylvia; Vidigal Moraes e ALAVARSE, Ocimar Munhoz. **Ensino médio: possibilidades de avaliação. Educação & Sociedade: Revista de Ciências da Educação.** São Paulo, Centro de Estudos Educação e Sociedade, v.32, n. 116, 2011.

SEDU Plano estadual de educação Vitória: SEDU 1995

_____ Plano estadual de educação profissional PEP 2009-2011 Vitória: SEDU 20091995

_____ Aula Inaugural do “Bolsa SEDU”, 2010) In: www.sedu.es.gov.br – < acesso em 21/12/2010-11:00 horas >

SOUZA, Rosa Fátima de História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil) São Paulo: Cortez, 2008.